



Presidente p.4

Orçamento reflete
"estratégia errada"



PSD p.5

Relatório de Pedrógão
Grande mostra que
"Estado falhou"

POVO LIVRE



n.º 1986

18 de outubro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



DECLARAÇÃO DO PRIMEIRO-MINISTRO INSULTA OS PORTUGUESES

O PSD expressa as mais profundas condolências aos familiares de todas as vítimas dos incêndios do fim de semana



Declaração do primeiro-ministro insulta os portugueses

A declaração do primeiro-ministro sobre os incêndios “é um insulto à inteligência” e ao “sofrimento” dos portugueses. António Costa tem que assumir a “responsabilidade política” do que aconteceu. O PSD esperava ouvir o primeiro-ministro pedir desculpa ao país por causa da tragédia dos fogos. Hugo Soares, líder parlamentar do PSD, lamenta que isso não tenha acontecido.

Em Braga, Hugo Soares reagiu às declarações do chefe do Governo ao início da noite se segunda-feira, acusando António Costa de ter perdido a “oportunidade de pedir desculpas” aos portugueses e salientou que muitos portugueses pagaram com as “próprias vidas” aquilo que considerou ser o “falhanço do Estado”.

“A declaração de hoje do senhor primeiro-ministro é um insulto à inteligência, mas sobretudo ao sofrimento de todos os portugueses. O senhor primeiro-ministro hoje perdeu uma oportunidade de assumir a responsabilidade política e perdeu uma oportunidade de pedir desculpas (...) perdeu uma oportunidade de assumir a responsabilidade política que é sua enquanto chefe de Governo”, afirmou Hugo Soares.

Para o PSD, explicou Hugo Soares, “a responsabilidade última, a responsabilidade política, é do chefe de Governo, é do senhor primeiro-ministro” e “não tendo pedido desculpas aos portugueses é um primeiro-ministro sem desculpa”.

O líder parlamentar voltou a referir que “o senhor primeiro-ministro é o responsável máximo pela condução das políticas públicas em Portugal” e que “sobretudo hoje é um primeiro-ministro sem desculpas”.





Hugo Soares estendeu as críticas a outros membros do Governo: “Só podemos reagir com muita indignação às declarações dos membros do Governo por estes dias. É um total desnorte, raia a indignidade é até quase jocoso a forma como se apresentam”, referiu.

“Temos um primeiro-ministro a fazer declarações de madrugada que com um sorriso nos lábios dizia que era uma infantilidade falar da demissão da ministra da Administração Interna, tivemos uma ministra a dizer que se fosse para casa era para ir de férias, as férias que ainda não teve e tivemos um secretário de Estado a dizer que competia aos portugueses salvarem e combaterem os incêndios para substituírem os bombeiros, que o Estado não podia chegar a todo o lado”, descreveu.

O presidente do grupo parlamentar do PSD lembrou que “o incêndio de Pedrógão mostrou que falhou a prevenção e falhou o combate”, referindo que “isso hoje está mais do que demonstrado, houve uma total descoordenação”, havendo “até em algumas situações, uma verdadeira falta de comando nas operações no terreno”.

O PSD acusou ainda o Governo de não ter tomado as precauções necessárias para evitar as consequências dos incêndios deste fim de semana: “Nós sabemos há mais de uma semana que estava previsto para este fim-de-semana temperaturas muito altas, o Governo foi avisado (...), o Governo não tomou nenhuma medida, desmontou as vigias, não tinha o dispositivo todo preparado e a verdade é que voltou a acontecer aquilo que não podia acontecer”, apontou.

Hugo Soares questionou ainda “por que é que a floresta sendo a mesma nos últimos cinco anos, o calor e o vento sendo o mesmo, umas vezes mais outra menos, porque é que esta tragédia nunca aconteceu e aconteceu duas vezes num mesmo ano”.

“Esta resposta já foi dada por uma comissão de peritos que responsabiliza a Proteção Civil, a coordenação no terreno e evidentemente quem a tutela, a senhora ministra e o senhor primeiro-ministro”, apontou.

As centenas de incêndios que deflagraram no domingo, o pior dia de fogos do ano segundo as autoridades, provocaram pelo menos 41 mortos, obrigando a evacuar localidades, a realojar as populações e a cortar o trânsito em dezenas de estradas. Esta é a segunda situação mais grave de incêndios com mortos este ano, depois de Pedrógão Grande, no verão, um fogo que alastrou a outros municípios e que provocou 64 mortos e mais de 250 feridos.

Indemnização automática para as famílias das vítimas

O líder parlamentar anunciou ainda que o PSD vai insistir na criação de um mecanismo de indemnizações automático para as vítimas dos incêndios. Insistir, porque já em relação a Pedrógão o partido tinha feito proposta semelhante. O novo diploma deu entrada na terça-feira, com o objetivo de que “as vítimas, os familiares das vítimas, aqueles que perderam os seus bens e o seu modo de viver na tragédia deste fim de semana possam ser imediatamente e rapidamente ressarcidos por todos os seus prejuízos”. Ou seja,



esclareceu o social-democrata, o que está em causa é “um mecanismo indemnizatório expedito, rápido”, exatamente igual ao que estava proposto para Pedrógão, “em que o Estado assume de forma imediata a sua responsabilidade e [as vítimas] não têm de esperar meses, anos a fio, pelas decisões dos tribunais”.

“Espero que haja a vergonha, a decência democrática, e não se faça outra vez o que se fez relativamente a Pedrógão. Não venha agora o Governo, rápida e em cima do conselho de ministros de sábado já anunciado, criar um mecanismo paralelo depois de ter chumbado na AR este diploma. O país tem de saber que as vítimas de Pedrógão já podiam ter sido ressarcidas se a esquerda parlamentar tivesse aprovado o diploma do PSD”, disse-

Pesar pelas vítimas dos incêndios

O Partido Social Democrata expressa, desde já, as suas mais profundas condolências aos familiares e amigos de todas as vítimas dos incêndios que deflagraram durante o fim de semana e continuam ativos em todo o país.

O PSD quer dirigir uma palavra de gratidão e solidariedade a todos os bombeiros e operacionais no terreno, pelo seu trabalho, esforço e sacrifício no combate às chamas. Uma palavra também para as populações que, perante a ameaça às suas famílias e património, continuam a revelar uma coragem ímpar para ajudar a controlar o avanço dos incêndios.

Registamos com profundo pesar a perda de vidas humanas, numa situação que, além de trágica, é já uma repetição do que assistimos este ano em Pedrógão Grande e em tantos outros pontos do nosso país.

O PSD não ignora o receio que partilhamos, como País, neste momento em que tantas situações estão ainda por controlar. Pese embora a excecionalidade da conjuntura, não ignoramos a falência do Estado em momentos em que as populações dele precisaram. O PSD apela a todos os agentes políticos responsáveis para que tomem em consideração, com a máxima urgência e atenção, as conclusões que a Comissão Técnica Independente produziu, através do parlamento.



Maria Luís Albuquerque em conferência de imprensa

Orçamento reflete “estratégia errada”

O Governo segue “uma estratégia errada” na proposta de Orçamento do Estado para 2018. Trata-se de “uma oportunidade perdida”, e, por essa razão, o PSD compromete-se a apresentar propostas de alteração ao documento. “O Orçamento do Estado que foi entregue, sexta-feira, 13 de outubro, na Assembleia da República apresenta uma estratégia errada e revela falta de visão e falta de ambição para o futuro do país”, criticou a vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque, em conferência de imprensa, sábado, 14 de outubro de 2017.

A vice-presidente social-democrata apontou que “em três orçamentos deste Governo, dois são de desaceleração da economia” e destacou “o aumento do peso do Estado” como um sinal que preocupa o PSD.

Maria Luís Albuquerque considerou que a proposta orçamental para o próximo ano representa “uma vez mais uma oportunidade perdida”, lamentando que o Governo não aproveite um ciclo económico favorável para empreender reformas.

“Aproveitar o crescimento económico para fazer as reformas de que o país precisa seria a garantia de que não teríamos de fazer reformas penosas no futuro em momentos mais difíceis”, referiu.

A vice-presidente afirmou que o PSD irá adotar uma estratégia semelhante à do ano passado, quando apresentaram alterações em matérias de natureza macroeconómica e estrutural, relacionadas com “a preocupação com os riscos para o futuro”. “Não vamos entrar no leilão orçamental”, garantiu, escusando-se a adiantar, nesta fase, qualquer proposta concreta.

Sobre o facto de muitas medidas contidas no documento preverem o seu faseamento até 2019, ano de eleições legislativas, Maria Luís Albuquerque considerou ser “uma forma pouco séria de conduzir a política económica e orçamental” e de “criar ilusões nos eleitores”. “Não podemos apostar tudo numa estratégia de consolidação do poder no presente e não da economia para o futuro”, criticou.

Maria Luís Albuquerque alertou para as diferenças que se têm verificado entre as propostas orçamentais do Governo socialista e a sua execução, sublinhando que, em 2017, ao contrário do que tinha sido prometido, “há um aumento marginal da carga fiscal” e o crescimento do investimento ficou muito abaixo do estimado.

O PSD lamentou ainda que o Governo insista em aumentar os impostos indiretos, que considera “menos visíveis para os cidadãos, mas mais injustos” porque afeta todos por igual, independentemente do seu rendimento.

Em matéria fiscal, Maria Luís Albuquerque criticou ainda o que chamou de “clima de instabilidade fiscal”, aludindo a notícias que falavam da possibilidade de um aumento do IRC para certas empresas, que acabou por não se concretizar na proposta orçamental.

“Competimos hoje com uma série de países na captação de investimento estrangeiro, com uma constante ameaça de haver impostos sobre as empresas o dano provavelmente já está feito por via das expectativas”, alertou.

A vice-presidente do PSD lamentou que a proposta de OE para 2018 não continha “qualquer incentivo à poupança”, nem um sinal de preocupação quanto à correção do excessivo endividamento.

Relatório de Pedrógão Grande mostra que “Estado falhou”

Depois de conhecido o relatório da Comissão Técnica Independente sobre o apuramento dos factos sobre os graves incêndios de junho, em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, pedem-se responsabilidades políticas. O PSD reitera que o “Estado falhou”. Carlos Abreu Amorim denunciou que o PS está a realizar um “boicote parlamentar” que fará com que as indemnizações às vítimas demorem “anos e anos”

“Houve uma dose massiva de incompetência por parte daqueles a quem competia liderar o combate e a prevenção dos incêndios florestais”, acusou na quinta-feira, 12 de outubro, Carlos Abreu Amorim, em conferência de imprensa no parlamento.

“A Autoridade Nacional para a Proteção Civil e as entidades políticas que estão no Ministério da Administração Interna, a quem competia coordenar todo o esforço de combate aos incêndios, falharam de forma clamorosa e inegável”, reforçou o deputado do PSD. “O Estado falhou e, a partir do momento em que isso está tecnicamente provado, deve assumir as suas responsabilidades”, acrescentou, esclarecendo ser fundamental “que o primeiro-ministro tenha consciência de que não é possível continuar a esconder a verdade, porque agora está contida neste relatório”.

“A ministra falhou, o sistema de prevenção falhou, os meios foram insuficientes, por isso o primeiro-ministro tem de ter consciência de que não é possível continuar a esconder a verdade: o Estado falhou e isso está tecnicamente provado, tem de assumir as suas responsabilidades”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar. Cabe ao primeiro-ministro, e à própria ministra Constança Urbano de Sousa “aferir as condições para a ministra da Administração Interna continuar no cargo”, sublinhou.

Para Carlos Abreu Amorim, a ministra em funções “ficou totalmente desconsiderada” a partir do momento em que o relatório da comissão técnica, e que aponta para falhas humanas, se tornou conhecido.



“Alerta precoce não existiu”, mas poderia ter “atenuado” a tragédia

Para o PSD, fica agora provado que as aldeias de Pedrógão deviam ter sido evacuadas até às 16h no dia 17 de junho, o que não aconteceu, e que houve falhas humanas para além das inerentes à hierarquia, nomeadamente porque não houve “um alerta precoce” que podia ter atenuado os efeitos da tragédia. “O relatório tem pistas seguras para dizer que aquilo que é classificado como ‘fuga para a morte’ podia ter sido evitado”,

diz ainda o deputado social-democrata.

Segundo Carlos Abreu Amorim, o relatório aponta “falhas no comando da Proteção Civil”. “As consequências, que são extremamente nefastas, poderiam ter sido muito menores com outra atuação por parte das autoridades”, alertou, assinalando que o “alerta precoce não existiu” e é “apontado como um dos elementos-chave que poderia ter evitado ou atenuado grande parte daquilo que se veio a consubstanciar na tragédia que veio a acontecer”.

O deputado social-democrata informou que o relatório “é muito profícuo nas recomendações”, às quais o “PSD está muito atento”. Considerou, contudo, que faltou a indicação para “criação, em Portugal, de uma unidade de combate às catástrofes”, pelo que o partido entende que se deve fazer “uma profunda reflexão” sobre a mesma.

Indemnizações: PS fez “boicote parlamentar”

Sobre o pagamento imediato de indemnizações às vítimas, o deputado do PSD denunciou que existe um “boicote parlamentar” protagonizado pelo PS que, em Comissão de Agricultura, procedeu à apresentação de iniciativas que “esvaziam” o diploma que, já aprovado, previa a criação do mecanismo extrajudicial para pagamento das indemnizações. Acusou, assim, PS e “partidos de extrema-esquerda” de contribuírem para que as vítimas dos incêndios tenham de esperar “anos e anos” até serem indemnizadas.

Hugo Soares, após a reunião da banca parlamentar do PSD, sublinhava que “esta comissão técnica funcionou com total independência e, por isso, o resultado deve ser por todos valorizado”. Apontou o facto de, “talvez pela primeira vez”, não se ter assistido a “nenhuma fuga de informação” quanto ao relatório divulgado esta tarde.

PSD defende valorização da PSP

O PSD “está disponível para, de uma forma séria e transparente”, encetar medidas que possam valorizar e dignificar a atividade exercida pelas polícias e profissionais de segurança pública. Andreia Neto, deputada do PSD, saudou no Parlamento, a apresentação de duas petições que visam reconhecer os riscos e o desgaste rápido na profissão.

As duas iniciativas, promovidas pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) e a Associação Sindical Autónoma de Polícia (Asapol), mostram que é “imperioso fazer uma reflexão”, considerando, antes de mais, que reivindicações das forças de segurança “são justas, mas compete ao Governo admiti-las”.

Andreia Neto sublinha que os agentes policiais são “homens e mulheres que, numa primeira linha de intervenção, entram em campo em qualquer terreno de operações, independentemente das circunstâncias de ação”. São profissionais que enfrentam riscos e desgaste físico-psicológico. “Todos conhecemos que muitos são os aspetos do trabalho dos profissionais da PSP, perante os imponderáveis riscos em que, muitas vezes, estão em causa questões tão importantes como a honra, a determinação, o sacrifício e o próprio medo, principalmente pelo facto de quase todos eles lidarem com situações de perigo”, enalteceu a deputada.

Recorde-se que elementos da PSP, GNR, SEF, ASAE, Polícia Marítima e Guarda Prisional manifestaram-se no dia 12 de outubro, em Lisboa, para exigir o descongelamento das carreiras e protestar contra a falta de investimento das forças e serviços de segurança. As forças de segurança alertam para a degradação de esquadras e estabelecimentos prisionais, condições de segurança de saúde débeis e para a falta de equipamento e de pessoal adequados.



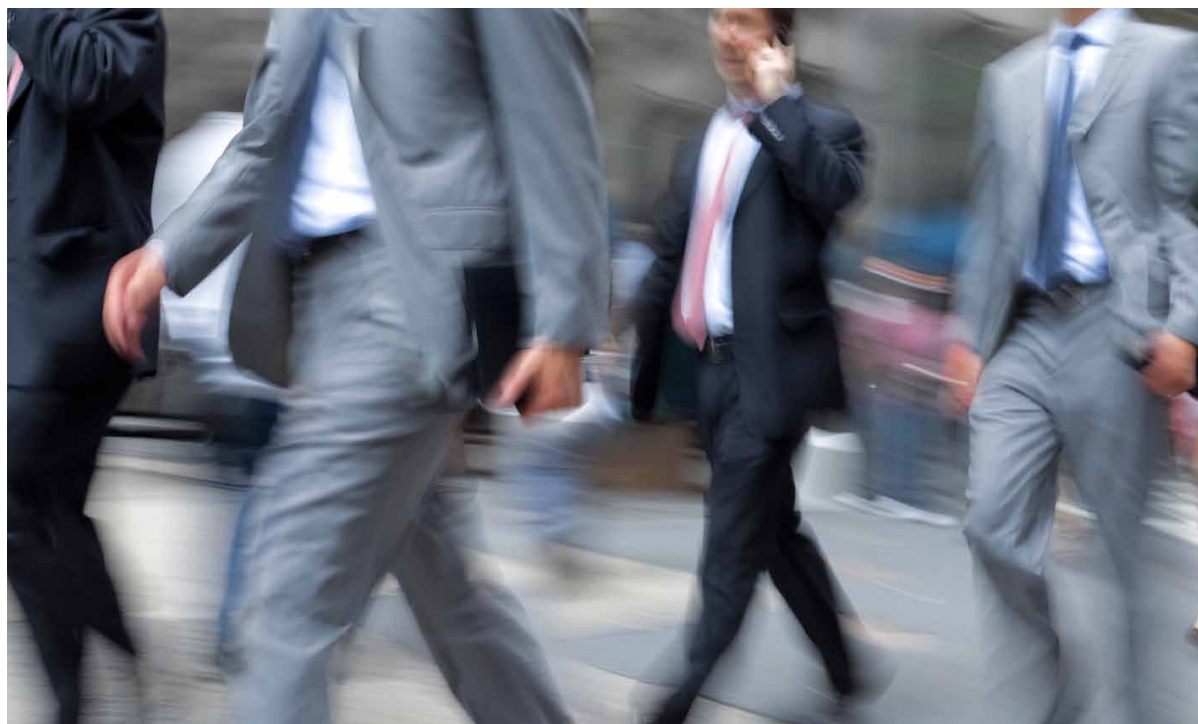
Governo promove precariedade na Função Pública

O combate à precariedade é fulcral para o PSD que continua a denunciar a opacidade e a forma pouco séria como o Governo e a maioria de esquerda têm levado a cabo o processo do combate à precariedade e a defender uma urgente e necessária reforma laboral na Administração Pública (AP).

A propósito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), a deputada social-democrata Carla Barros acusou, no Plenário desta sexta-feira, os partidos de esquerda de fazerem “uma encenação e um faz-de-conta” em torno desta matéria, denunciando “a maior manifestação de hipocrisia de um Governo que aumentou exponencialmente a precariedade e que tem colocado os temas laborais, só e tão-somente, ao serviço dos seus compromissos partidários entre PS, BE e PCP”.

Carla Barros deixou um conjunto de alertas sobre o que está em causa para os trabalhadores com este programa, tendo lembrado o compromisso de integração de trabalhadores precários na Administração Pública, prometido há dois anos a cada um dos 116 mil trabalhadores precários identificados por este mesmo Governo. Ao invés, realça a social-democrata, o que se verifica é “uma proposta opaca e pouco credível, sem peso e sem medida”.

Para o PSD foi da maior relevância rejeitar as propostas do PS e do Governo, por forma a impossibilitar que as pessoas (que não apresentassem a sua candi-



datura aos procedimentos concursais de regularização) não vissem o seu vínculo cessado, já que o combate ao despedimento encapotado na AP e às injustiças criadas é da maior importância.

Os deputados social-democratas reiteraram que o PREVPAP se tratou de um processo mal feito, mal conduzido e, até ao momento, sem qualquer noção do impacto da integração dos trabalhadores precários na Administração Pública.

Governo desestabiliza Instituto Ricardo Jorge



O PSD quer conhecer as reais intenções do Governo sobre o futuro do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). Na audição ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Saúde, esta terça-feira, Simão Ribeiro, deputado do PSD, mostrou-se preocupado quanto à alteração da dependência deste organismo público até hoje tutelado pelo Ministério da Saúde.

De acordo com Simão Ribeiro, é “bastante claro que existiu um grupo informal que terá produzido resultados que podiam passar pela integração do INSA na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade do Porto”.

No entanto, o Governo acabou por recuar no propósito inicial por falta de cabimento técnico e político, uma solução que o grupo parlamentar do PSD rejeitaria. “A troca de sinergias, o ganho de escala, o ganho de massa crítica, a partilha de conhecimento e a investigação entre universidades, laboratórios e o mundo clínico é um caminho bem distinto da pura integração”, sublinhou o deputado.

Simão Ribeiro referiu que “existem declarações que conferem a todo este processo uma gravidade que importa esclarecer. Uma delas é do bastonário da Ordem dos Médicos, que diz que o problema do INSA foi a gota de água que provocou a saída das organizações médicas da Comissão da Reforma da Saúde”.

O Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge é um organismo público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia científica, administrativa e financeira. Fundado pelo médico e humanista Ricardo Jorge, em 1899, o INSA constitui um laboratório de referência da saúde pública em Portugal.

“Governação na Saúde é um desastre”



“A governação do Ministério da Saúde é um desastre. O futuro irá comprovar as dificuldades que estão a ser criadas”. Na audição ao ministro da Saúde, esta quarta-feira no Parlamento, Miguel Santos, deputado do PSD, traçou o retrato de um setor marcado por queixas de utentes, inoperacionalidade de serviços do INEM, deterioração da dívida, descontrolo orçamental e insatisfação generalizada das classes profissionais.

Durante a audição, a deputada social-democrata Ângela Guerra criticou a incapacidade do ministro Adalberto Campos Fernandes em resolver os problemas que estão a agravar a qualidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS). “Os profissionais de Saúde sentem-se enganados, defraudados, não confiam de um modo geral na sua palavra e os seus recentes ataques aos enfermeiros não ajudaram na tranquilização deste setor”.

Ângela Guerra lamentou que a tutela tenha preferido “negociar com algumas profissões e não com outras, com uns sindicatos e não outros”. “Abriu-se a caixa de Pandora e evidência disso são as declarações do secretário de Estado, afirmando ser um tormento governar nestas condições”, sublinhou.

A desgovernação na Saúde tem tido a “complacência e a cumplicidade do PCP e BE que, em abono da verdade, estão completamente reféns do PS”. “Um Governo que dizia ter virado a página da austeridade não tem sabido ou querido negociar as condições de trabalho dos enfermeiros”, alertou Ângela Guerra.

O Governo prometeu aumentar salários a 11 mil enfermeiros em 2015. Dois anos volvidos, vai fazendo apenas “cedências a contragosto” e “uma coisa de cada vez”. Ângela Guerra deu conta do quadro de ameaças feitas a estes profissionais, ameaças “inaceitáveis, ilegítimas e politicamente condenáveis num Estado de direito”.

Médicos, enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico têm, ainda, manifestado um profundo desagrado com a quebra dos compromissos assumidos por parte do Governo.

Esquerda rejeitou proposta de Informação Cadastral por “preconceito político”

Os partidos da esquerda rejeitaram a proposta do PSD, apresentada em setembro de 2016, que visava a criação de um Sistema de Informação Cadastral alargado a todo o território. Uma proposta que estenderia a demais concelhos igualmente fustigados pelos incêndios florestais.

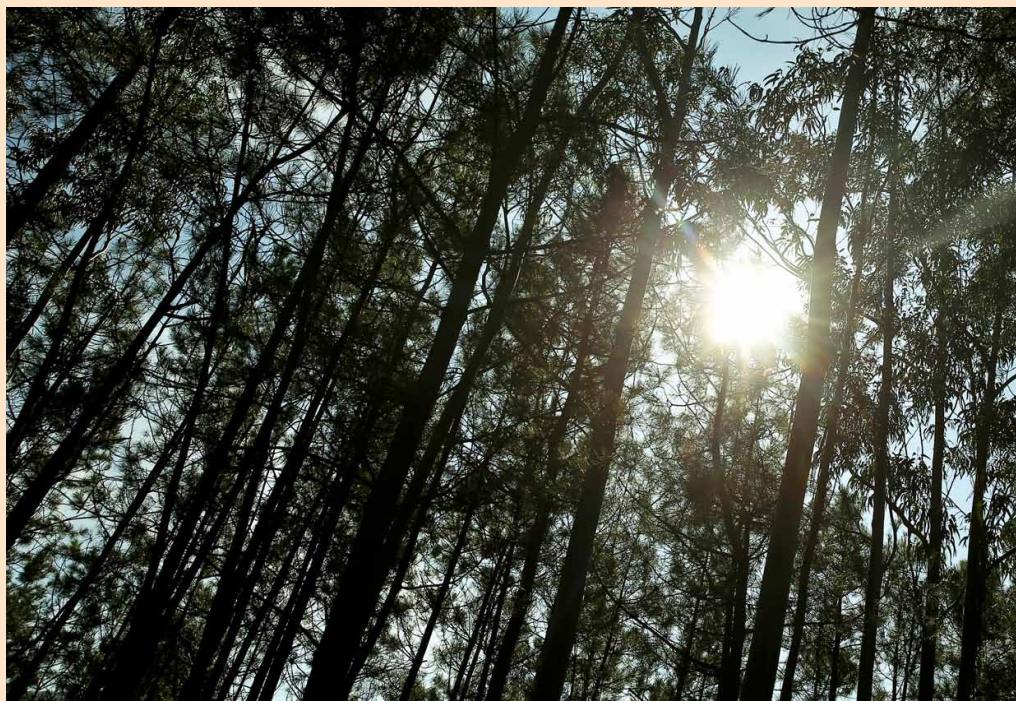
Nuno Serra, deputado do PSD, lamentou hoje, no Parlamento, a falta de seriedade dos partidos de esquerda que, ao invés de acolherem a proposta do PSD, preferiram por “falta de bom senso” e “por preconceito político” apenas avançar com um projeto-piloto destinado a alguns concelhos. “À boa maneira da prepotência governativa socialista, o ministro da Agricultura apelidou a proposta do PSD de surreal”, criticou Nuno Serra.

O Executivo optou também por se opor à constituição de uma bolsa de diversidade ambiental e de um Comando Único, soluções agora sugeridas pela Comissão Técnica Independente criada para analisar os factos relativos aos incêndios de Pedrógão Grande de 17 de junho.

“Surreal é o que o Governo fez, ao tentar fazer uma reforma da floresta que não serve ninguém, senão aos seus próprios interesses políticos. Surreal foi o Governo ter substituído as chefias da proteção civil a poucos meses do início da fase crítica de incêndios em Portugal. Surreal foi a descoordenação e falhas nos meios de combate aos incêndios”, sublinhou Nuno Serra.

Nuno Serra criticou a má decisão do Governo que, mesmo depois dos alertas do IPMA, determinou não prolongar a “Fase Charlie”, prejudicando o combate aos incêndios no mês de outubro.

O deputado do PSD considera que “depois do fracasso da reforma da floresta, dos incêndios de grandes dimensões que flagelaram o País e que trouxeram consequências dramáticas a muitas famílias, depois de terem obstaculizado que se iniciasse o processo de indemnizações às famílias das vítimas dos incêndios e depois da apresentação do relatório da Comissão Técnica Independente que mostra que houve uma falha clara do Estado, é inqualificável que este Governo e esta maioria de esquerda ainda não tivessem pedido desculpas ao País e às pessoas e que não tivesse assumido as suas responsabilidades políticas”.



Escolas sem professores na Ilha das Flores

O deputado do PSD/Açores Bruno Belo denunciou que há alunos sem professor nas escolas de Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores e pediu explicações ao governo regional sobre o caso. “Neste momento, duas turmas estão sem professor, designadamente o quarto ano da escola das Lajes das Flores e o terceiro ano na escola de Santa Cruz das Flores. O apoio educativo também está comprometido, pois um professor de apoio denunciou contrato e os docentes que a direção regional da Educação pretende alocar à Escola Básica e Secundária das Flores ficam aquém das reais necessidades”, afirmou o deputado social-democrata.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, Bruno Belo salientou que os alunos das turmas que se encontram sem professor titular “estão a ser distribuídos pelas salas dos restantes anos de escolaridade, comprometendo, ainda mais, a qualidade pedagógica”. “Portanto, as turmas não só não têm apoio como recebem alunos de outras turmas de outros anos de escolaridade”, frisou.

O parlamentar do PSD/Açores, eleito pela ilha das Flores, alertou também para o facto da escola de Ponta Delgada, no concelho de Santa Cruz das Flores, estar a “funcionar de forma muito precária, designadamente sem professor de apoio e com apenas um professor para os quatro níveis de ensino do primeiro ciclo”.

O deputado social-democrata denunciou igualmente que no ensino especial “o número de recusas de professores ascende a seis”, enquanto que a sétima docente colocada “aceitou a colocação, mas apresentou atestado”.

“O facto de existirem professores no mercado não é, por si só, garantia de colocação de professores nas ilhas periféricas”, disse.

Para Bruno Belo, o governo regional “deve aplicar os incentivos estabelecidos nos Estatuto da Carreira Docente” para a fixação de professores, “ou outras medidas que se revelem eficazes na resolução deste grave problema”.

O deputado social-democrata lembrou ainda que o PSD/Açores “apresentou recentemente um projeto de resolução recomendando ao governo regional a aplicação dos incentivos plasmados no Estatuto da Carreira Docente”.

A unidade orgânica da Escola Básica e Secundária da ilha das Flores é composta por três polos: Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores e Ponta Delgada.



Suspeitas de corrupção no Sistema Regional de Saúde minam a confiança dos açorianos



A Comissão Política Regional do PSD/Açores manifestou preocupação com as suspeitas de corrupção no Sistema Regional de Saúde, alegando que colocam em causa a relação de confiança dos açorianos com a administração pública. “Na análise que fez à atual

situação política, a Comissão Política Regional vê com enorme preocupação a situação vivida nos últimos dias no Serviço Regional de Saúde. O PSD/Açores entende que estes acontecimentos põem em causa a relação de confiança que os açorianos devem ter com a administração pública regional”, afirmou António Almeida, secretário-geral do PSD/Açores, sábado, 14 de outubro, em conferência de imprensa.

António Almeida acrescentou que o PSD/Açores vai continuar a “acompanhar este caso com toda a atenção”, tendo em conta o seu superior interesse público.

A Polícia Judiciária (PJ) anunciou na passada quinta-feira que deteve quatro homens por suspeitas dos crimes de “corrupção ativa e passiva e associação criminosa”, envolvendo organismos do Sistema Regional de Saúde dos Açores, na sequência de uma investigação iniciada em 2015. Segundo a PJ, os detidos, entre os 46 e os 57 anos, tinham “ligações profissionais às áreas médica, de gestão e comercial”, tendo sido constituídos arguidos outros dois homens. O Ministério Público da Comarca dos Açores informou que entre os seis arguidos estavam dois médicos, dois empresários e dois funcionários ligados à administração hospitalar/proteção civil, tendo sido também constituída arguida “uma empresa de fornecimento de material médico e hospitalar”.

No decurso da operação, designada “Asclépio”, que ocorreu nas ilhas de S. Miguel e Terceira, foram realizadas 25 buscas, entre domiciliárias e não domiciliárias,

que envolveram “todo o efetivo de inspetores deste DIC, dois inspetores da UNC3T e cinco magistrados”, segundo o comunicado da PJ. De acordo com a Polícia Judiciária, “estão, sobretudo, em causa práticas ilícitas que visavam obter posições indevidas de privilégio na realização de contratos de fornecimento de bens a organismos prestadores de serviços de saúde, a troco de contrapartidas pecuniárias e outras, lesivas do interesse público”.

Conferências: economia, sociedade e cidadania

António Almeida anunciou que a Comissão Política Regional deliberou igualmente avançar com um “programa de auscultação regular dos militantes através da realização de assembleias de ilha temáticas”. “Deste diálogo de proximidade com os militantes e a sociedade açoriana sairão importantes contributos para a ação política do PSD/Açores”, explicou.

O PSD/Açores vai também promover um conjunto de conferências, “cujo objetivo é desenvolver uma reflexão acerca do momento atual da Autonomia e sobre o modo como os Açores e os açorianos estão a viver a Democracia”. “Estas conferências, abertas a toda a sociedade, têm três grandes linhas orientadoras: mais Economia e menos dependência; mais Sociedade e menos desigualdade; menos governo e mais Cidadania”, referiu o secretário-geral do PSD/Açores.

OFERTA
 PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA órgão oficial nº 1186 - de 12 a 19 de Maio de 1999 - Preço 150\$00

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

25.º Aniversário do PSD



Sessão Solene no Centro Cultural de Belém reúne Presidente e ex-Presidentes do Partido

Francisco Pinto Balsemão:

Sem o PSD dificilmente o nosso País teria atingido a democracia plena”

Aníbal Cavaco Silva:

O PSD não é apenas um Partido de votantes mas de militantes que não receiam os problemas”

José Manuel Durão Barroso:

Ao comemorarmos os 25 anos de vida do PSD estamos também a comemorar a vitória da democracia”

páginas 3 a 10

Durão Barroso no comício em Famalicão

Vamos dar um caminho a Portugal e uma esperança aos portugueses

páginas 11 a 13

Pacheco Pereira na pré-campanha para as eleições europeias

Governos Socialistas na Europa são responsáveis pela inexistência de um único grande projecto Europeu

página 18

Edição n.º 1186 do “Povo Livre”, de 12 a 19 de maio de 1999. Manchete: “25.º Aniversário do PSD/Sessão Solene no Centro Cultural de Belém reúne Presidente e ex-Presidentes do Partido”. Maria Eduarda Azevedo era a diretora do “Povo Livre”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Paço, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise dos resultados das eleições Autárquicas
- 2 - Definição da estratégia pós eleitoral da Secção
- 3 - Outros assuntos

ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Armamar, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2017, (terça-feira) pelas 20h30, no Salão Paroquial, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise dos resultados das eleições Autárquicas 2017
- 3 - 37º Congresso Nacional do PSD e eleição directa do Presidente da Comissão Política Nacional do PSD

BENEDITA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da Benedita, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede do Núcleo sita na Rua da Serradinha, nº 26 - sala A, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues à Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

BRUXELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de **Bruxelas**, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 14h00, na sede do Partido Popular Europeu, sita na Rue du Commerce, nº 10, 1000 Bruxelas, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas devem ser enviadas para o email geral@psd-bruxelas.org

- As urnas estão abertas das 14h00 às 18h30

CASTELO BRANCO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 21 de Outubro de 2017, (sábado) pelas

15h00, no Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política

COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na Biblioteca de Cantanhede, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários s/n - Cantanhede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Discussão e aprovação do orçamento da CPD para 2018
- 3 - Análise dos resultados autárquicos do Distrito
- 2 - Análise da situação política

CONDEIXA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa - a - Nova, para reunir no próximo dia 03 de Novembro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Urbanização Nova Conimbriga I, Lote B19 r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise dos resultados das eleições autárquicas 2017
- 2 - Eleição dos órgãos nacionais do PSD e 37º Congresso Nacional
- 3 - Análise da situação política

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Proceder de acordo com o art. 53º, nº 2, alínea e) dos Estatutos. "Eleger o substituto de qualquer dos titulares da Comissão Política no caso de vacatura do cargo ou de impedimento prolongado, sob proposta do respectivo órgão"
- 2 - Análise dos resultados das eleições autárquicas 2017
- 3 - Análise e discussão da situação política actual - nacional e local

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2017 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita no Largo do Toural, nº125, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise das eleições autárquicas em Guimarães.
- 2 - Análise da situação política nacional.

IDANHA A NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Idanha a Nova, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Vaz Preto, 94, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos de Secção

- a) Mesa da Assembleia de Secção
- b) Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se nesse dia a sede aberta.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Outubro de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Edifício Illiabum - Av. 25 de Abril, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise dos resultados eleitorais das Autárquicas 2017
- 2 - Outros assuntos de interesse geral

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 02 de Novembro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. José Jardim, 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e análise das contas das autárquicas 2017
- 2 - Análise da situação político - partidária

LISBOA ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede do PSD de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, 1 -3 º, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise dos resultados Autárquicos
- 2 - Análise da situação política

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loures, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise das eleições Autárquicas 2017
- 2 - Análise da situação política local e nacional

LOUROSA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Lourosa, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sala polivalente do edifício da Junta de Freguesia de Lourosa. Sita na Rua Padre Amorim, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise das eleições autárquicas 2017
- 2 - Outros assuntos de interesse

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Tojeiro, 121, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2017, (terça-feira) pelas 20h30, na sede sita na Rua Clara Vaz, nº 1 - 2º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise dos resultados das eleições autárquicas
- 2 - Situação política local e nacional
- 3 - Outros assuntos

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 18 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos de Secção

c) Mesa da Assembleia de Secção

d) Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD Porto sita na Rua Guerra Junqueiro, 64

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no próximo dia 04 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 18h00, na sua sede, sita na Praça 5 de Outubro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Resultados das Eleições Autárquicas 2017

2 - Análise da situação política

3 - Outros Assuntos

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Outubro de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00., no Pavilhão Polivalente, sito na R. Aquilino Ribeiro, Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Análise da situação política

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira, para reunir, no próximo dia 27 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00., na sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos de interesse

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, no próximo dia 28 de Outubro de 2017 (sábado), pelas 14h30, na sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações do Presidente

2 - Autárquicas 2017

3 - Análise da situação política

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2017, (sábado) pelas 17h00, no Auditório Municipal do Pavilhão de Feiras e Exposições (AGRIVAL), sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e votação do Orçamento para 2018

2 - Análise da situação política

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 06 de Novembro de 2017, (segunda-feira) pelas

21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, 811, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações e análise da situação política

2 - Apresentação e discussão de projectos de candidatura às eleições para os órgãos concelhios

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 24 de Novembro de 2017 (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sua sede, sita na Av. Paulo VI, 43 – 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas 2017

2 - Outros assuntos de interesse

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede de secção de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte, ordem de trabalhos:

1 - Apresentação de trabalho realizado pela Comissão política

2 - Análise da situação política.

3 - Outros assuntos

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 27 de Outubro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo Coronel Batista Coelho, nº 21, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Outros assuntos

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 26 de Outubro de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 – 1º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação político partidária

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 04 de Novembro de 2017, (sábado) pelas 19h00 na sede, sita na Rua do Casal, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política partidária

2 - Outros assuntos

UISEU / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viseu, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Novembro de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, no Salão do Solar dos Peixotos - Viseu, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas de 2017

3 - Análise da situação política nacional

4 - Aquisição da nova sede distrital do PSD - Viseu - ponto da situação

5 - Outros assuntos



CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo do Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, convoca os conselheiros distritais da JSD/Coimbra para o Conselho Distrital Ordinário a realizar dia 3 de novembro de 2017, pelas 21:00, na sede distrital do PSD de Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Aprovação da Ata do último Conselho Distrital;

2 - Apreciar e discutir a situação geral e local, bem como a atividade da JSD e do PSD.

CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, Regulamento dos Conselhos Distritais e demais Regulamentos aplicáveis convoco o Conselho Distrital da JSD Santarém para reunir no próximo dia 27 de outubro, pelas 21h, na Sede Distrital do PSD, sita no Largo Cândido dos Reis, nº12 - R/C, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Apresentação e aprovação do Calendário e do Regulamento Eleitoral do Congresso Distrital.

CONSELHO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco o Conselho Regional da JSD do Alto Minho, para reunir no próximo dia 27 de outubro de 2017 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD Arcos Valdevez, sita no C.C. Norte Vez Rua Nunes de Azevedo Cave, Arcos de Valdevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política;

2 - Análise dos resultados eleitorais no distrito;

3 - Outros assuntos.

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Amadora, para reunir no próximo dia 25 de Novembro de 2017 (sábado), pelas 16 horas, na Sede do PSD Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro, Loja 16A, 2700-336 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa de Plenário de Secção;

2 - Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da

Mesa do Plenário de Secção, ou a quem o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral irá decorrer entre as 16h00 e as 20h00.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 9 de Novembro (Quinta-Feira), pelas 21h, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaides Faria, nº.226, 1.º Dto., Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos de interesse para a JSD.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia da Secção da JSD Barcelos, para reunir no próximo dia 18 de novembro de 2017 (Sábado), pelas 20 horas, na Sede Concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaides Faria, nº226, 1ºDto., Barcelos, com a seguinte

ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção Concelhia da JSD Barcelos.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado no referido local, que para o efeito se encontrará aberto, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhia da JSD Barcelos ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 20h e as 23h.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 2 de novembro de 2017, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Autárquica;
- 3 - Análise da Situação Política Nacional;
- 4 - Próximas Actividades;
- 5 - Outros Assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD do Porto para reunirem no dia 24 de Novembro de 2017, pelas 19.30 horas, na sede do PSD Distrital do Porto, que sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 19.30 horas e as 22.30 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**